O programa da AD para mexer na Constituição: das eleições à AR

ECONOMIA 16 e 17

REVISÃO CONSTITUCIONAL

Sistema eleitoral, poderes do Parlamento e das câmaras. O que quer a AD mudar

Com o Parlamento virado à direita, AD pode avançar para revisão constitucional, que consta do seu programa eleitoral. Retirar elementos ideológicos e rever sistema político são opções em aberto. Constitucionalistas pedem que se inclua PS.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

Não era uma prioridade, nem foi tema de campanha, mas a Aliança Democrática (AD) propõe, no seu programa eleitoral, discutir a revisão da Constituição da República Portuguesa (CRP). Em cima da mesa, estão temas como alterações ao sistema eleitoral, o reforço dos poderes do Parlamento e das câmaras, mas também eliminação de referências ideológicas.

A coligação que deu a vitória a Luís Montenegro não detalha as medidas – aliás, frisa que o objetivo é lançar o debate –, mas o facto de o Parlamento ter virado à direita abre a porta a revisões constitucionais sem o PS.

E a questão ganha forma com o anúncio, esta quarta-feira, da Iniciativa Liberal (IL) de que pretende, precisamente, abrir um processo de revisão da Lei Fundamental.

Embora tenha passado despercebido na campanha, a promessa de revisão constitucional consta do programa da AD, segundo a qual "a sociedade deve refletir sobre a revisão da nossa lei maior, a CRP, preparando as bases do texto fundamental para os desafios do século XXI, colocando a pessoa e a dignidade humana no centro das políticas públicas, valorizando as autonomias e promovendo a coesão territorial e geracional e eliminando conteúdo ideológico ultrapassado pelo tempo".

Entenda-se, por conteúdo ideológico, as referências ao socialismo que surgem, por exemplo, no preâmbulo da CRP - onde se afirma o objetivo de "abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português" – ou em questões que os constitucionalistas dizem ser de pormenor, como o princípio fundamental do "planeamento democrático do desenvolvimento económico e social".

A oposição a estas referências não é nova, tendo sido mais veementemente defendida, nos últimos anos, pela IL. Um detalhe, na opinião de Jorge Miranda, considerado o pai da Constituição, que já dizia ao Negócios, numa entrevista no ano passado, que a alusão ao socialismo na lei fundamental, na prática, já caducou.

Mas, a AD propõe, no programa que levou às eleições, que se "promova o debate" num tema mais polémico: o do sistema eleitoral. Aqui preconiza desde logo uma redução para os 16 anos da idade legal para votar; depois sugere rever a matéria dos círculos eleitorais para a Assembleia da República, no sentido de, além da proporcionalidade populacional, se atender também à dimensão territorial. Fica por saber como pretende concretizar essa ideia.

A AD propõe ainda "reforçar o papel do Parlamento" e "reavaliar o equilíbrio de competências" entre a câmara e a assembleia municipal. Já as regiões deverão ver reforçada a sua autonomia, mas a coligação também não indica como.

Se mexer na Constituição parecia muito difícil, os resultados das eleições de domingo abriram a porta a essa possibilidade apenas com a direita parlamentar. AD, Chega e IL têm já eleitos mais de dois terços dos deputados necessários (156 em 154) e os resultados dos círculos eleitorais da emigração devem reforçar essa maioria qualificada. Vários líderes do PSD têm dito que rever a CR não está nas prioridades – como António Leitão Amaro ou Hugo Soares, líder parlamentar. Mas o Público escreveu na edição desta quinta-feira que a AD admite partir para mudanças com os dois partidos à sua direita - e sem chegar necessariamente a acordo com o PS.

De resto, há alguns pontos de entendimento entre os três partidos da direita parlamentar. Os liberais e o Chega também têm insistido na ideia de eliminar as referências ao socialismo (e têm essa indicação nos respetivos programas eleitorais deste ano). E na última revisão constitucional, aberta em 2023, mas que ficou pelo caminho com a queda do Governo de Costa, PSD (ainda sob a liderança de Rui Rio) e IL coincidiam na necessidade de dar mais destaque à saúde privada; PSD e Chega pretendiam reduzir o número de deputados.

Rever a CRL pede "consenso alargado"

Apesar de ser possível sem o apoio do PS, os constitucionalistas ouvidos pelo Negócios preferem defender um acordo mais alargado. Ora, no passado, "as revisões constitucionais têm sido feitas procurando consensos alargados", lembra Maria d'Oliveira Martins, especialista em Direito Constitucional, sublinhando que "o segredo da longevidade da nossa CRP, que já leva 50 anos, assenta nesses consensos".

Ricardo Branco, consultor da Abreu e professor de Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa, deixa idêntico alerta. Ainda que não descarte muitas das soluções do programa eleitoral da AD, lembra que "a revisão constitucional deveria processar-se num contexto de menor divisibilidade e fragmentação e de menos acrimónia política".

Além disso, acrescenta Ricardo Branco, as revisões constitucionais que ocorreram até agora - a última leva já 20 anos - tiveram o tal consenso alargado entre PS e PSD. E isso é importante, "não por serem esses dois partidos, mas na medida em que é um consenso que vai da esquerda à direita, mais plural, menos divisivo. Numa uma situação menos inclusiva de todos os espetros políticos, rever a CRP, não sendo absolutamente urgente, é desnecessário e até dispensável".

Tanto que Maria d'Oliveira Martins remata: "Faltando uma base de consenso alargada, não tenho a certeza que a AD queira avançar sem ser circunstancial". ■

> **As revisões constitucionais têm sido feitas procurando consensos alargados.**
> **MARIA D'OLIVEIRA MARTINS**
> Professora da Católica

> **A revisão deveria processar-se num contexto de menor fragmentação.**
> **RICARDO BRANCO**
> Professor da Faculdade de Direito de Lisboa



Para se fazer uma revisão constitucional



é necessária uma maioria de dois terços dos deputados.

TOME NOTA

Promessas eleitorais da AD para a Constituição da República

O programa da coligação liderada por Montenegro contém um conjunto de ideias que obrigarão a rever a Lei Fundamental, a começar por mexidas no sistema eleitoral.

SISTEMA ELEITORAL

Redução da idade de voto para os 16 anos e prever que a definição dos círculos eleitorais para a Assembleia da República deve atender também à dimensão territorial e não apenas à proporcionalidade populacional. A Constituição da República Portuguesa define os chamados círculos eleitorais nos termos de uma proporcionalidade estritamente populacional, o que obrigará a rever esses artigos.

VOTO ELETRÓNICO

A ideia será avançar com um teste junto das comunidades portuguesas no estrangeiro e num contexto de não obrigatoriedade. "Embora seja discutível que a presencialidade esteja prevista na Constituição, é importante que o voto eletrónico fique, havendo assim uma habilitação expressa", defende Ricardo Branco.

VOTO EM MOBILIDADE

Para cidadãos que tenham necessidade de se movimentar dentro e fora do país e em especial "nas eleições onde seja exequível", leia-se, nas presidenciais e nas europeias, onde há apenas um boletim de voto.

PODERES DO PARLAMENTO

A ideia é que o regimento da Assembleia da República só possa ser alterado por maioria de dois terços, o que obrigará a rever o artigo das reservas de competências, sendo que a regra geral são as maiorias relativas. AD pretende também dar ao Parlamento mais competências no acompanhamento da participação na União Europeia.

GOVERNO DAS AUTARQUIAS E REGIÕES

Reavaliar o equilíbrio de competências entre a câmara e a assembleia municipal e rever o modelo de constituição do governo municipal e da fiscalização da assembleia municipal, o que obriga a rever o artigo da CRP sobre os órgãos deliberativos e executivos. Nas regiões, reforçar as autonomias, não se explicando em que sentido.